

**AUTARQUIAS LOCAIS E EDUCAÇÃO
- O PRESENTE E O FUTURO**

“Autarquias Locais e Educação - o presente e o futuro”

Eng.º. Luís Braga da Cruz

Presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte

Vamos dar início aos nossos trabalhos. Teremos uma tarde pesada porque estão previstas cinco intervenções e, naturalmente, antes de fazer uma pausa entre esta sessão e a seguinte terá lugar o debate correspondente às intervenções que vamos escutar. O debate é o condimento destas iniciativas pelo que é indispensável. Assim, proponho aos convidados que limitem as suas intervenções ao estritamente necessário para a transmissão das suas reflexões. Isto é, que façam um esforço para dizerem muito, mas em pouco tempo.

Perante este tema: “ Autarquias Locais e Educação - O presente e o futuro” também gostaria de vos expor algumas reflexões pessoais. Todos sabemos que, em Portugal, há determinadas atribuições em matéria de educação e ensino, que são de responsabilidade das autarquias locais, desde o momento em que a respectiva legislação o institui (Lei nº79/7 de 25.Out., revista pelo D.L. 100/84 de 29.Mar.).

Hoje reconhece-se que a vontade legislativa, ao definir essas atribuições como uma capacidade a desenvolver progressiva transferência de poder, terá sido ousada. Porém, apesar dessa boa intenção, pouca matéria foi de facto já objecto de transferência efectiva. Cada vez que se inicia o debate entre Governo e Administração local sobre como transferir uma nova competência, assistimos a uma discussão enredada a fim de esclarecer se a nova competência é ou não acompanhada de um envelope financeiro suficiente para fazer face ao novo encargo autárquico. E a discussão fica empatada sem ser encontrada uma saída. As autarquias acham que a dotação financeira não é suficientemente tentadora para poder assumir a nova responsabilidade e chegam mesmo a atribuir alguma

maldade ao processo negocial, entendendo que a Administração Central pretende alienar apenas aquelas competências que lhe penalizam o orçamento e dão muito trabalho, ou, usando o plebeísmo, pretende “ficar com a carne e passar apenas o osso”.

Pelo meu lado, sempre defendi que as autarquias deviam arriscar mais no momento do debate do processo de transferência de novas competências. Na realidade, estou convicto que, tanto em matéria educativa como noutras áreas de carácter social, só pode haver verdadeiro progresso qualitativo no respectivo desempenho se houver uma efectiva descentralização de competências. Por outro lado, a iniciativa central é tão pouco frequente que me parece que as autarquias não deveriam deixar perder a oportunidade para agarrar cada nova oferta, independentemente da posterior discussão política da contrapartida financeira. Com isto quero defender um método de discussão que partisse de uma vontade efectiva de aliviar o peso da Administração Central em competências que poderiam ser muito melhor exercidas pelo nível local.

Acrescento, no entanto, mais algumas questões para o debate. Em primeiro lugar, julgo que é necessário eleger como prioridade a avaliação da forma como são exercidas as competências autárquicas nas diferentes áreas de atribuição já transferidas. Julgo que não têm sido dados passos significativos no sentido de clarificar se o que já foi transferido foi melhor executado. Pessoalmente não tenho dúvida em afirmar ter sido positiva a forma como, por exemplo, passou a ser feito o transporte escolar pelo nível local, pela simples razão de que esta tarefa tem grande visibilidade social. Se não fosse bem cumprida, penalizaria naturalmente sob o ponto de vista político os eleitos municipais que respondem perante os seus concidadãos, também eleitores.

A segunda questão que pretendo colocar é relativa ao ordenamento da rede escolar. Como sabemos há indicações de carácter

administrativo que obrigariam o encerramento de escolas da 1ª fase do ensino básico, com menos de dez alunos. Mas a anulação de uma escola não é apenas um acto administrativo ditado por metas de racionalização económica. É, muito mais grave, a eliminação do último elemento de transmissão cultural num assentamento humano em regressão. Ou, se quiserem, reconhecer que não só a escola mas a própria comunidade que a alimentava com novas gerações também está condenada.

Sirvo-me de um relato, um dia feito pelo Sr. D. Armindo, Bispo de Viana do Castelo, para ilustrar o dramatismo de algumas situações. Um dia, fazendo uma visita pastoral a uma aldeia serrana da sua diocese reparou com surpresa que as pessoas estavam entristecidas e que, embora fosse dia festivo, nos seus semblantes havia profunda perplexidade. Perante a insistência feita no sentido de encontrar razão para aquele estado de espírito foi-lhe respondido que a aldeia já não tinha miúdos na escola, que os actuais residentes se tinham dado conta que eram os últimos, que não era só a escola que iria encerrar, mas a própria povoação que tinha sido condenada. Manter a escola pode ser um acto teimoso de contrariar a inexorável tendência para o êxodo rural de algumas comunidades. Eis porque me parece de grande urgência rever a rede escolar à luz de uma análise mais social. Também estou convicto que a contribuição e o diálogo com as autarquias pode levar a administração a resultados mais correctos e frutuosos.

Finalmente gostaria de introduzir o tema da aproximação entre os diferentes níveis do ensino básico e de perguntar que papel podem desempenhar as autarquias nesse sentido. Por um lado reconhece-se o tradicional envolvimento das autarquias no antigo ensino primário (até ao 4º ano) e por outro a ainda deficiente escolarização das crianças em idade de cumprir a 3ª fase do ensino básico (9º ano de escolaridade obrigatória). Este último imperativo está ainda longe de ser cumprido, especialmente nos distritos da Região Norte. Entre os oito piores

distritos, sete são da região Norte, em quase todos os indicadores educativos: taxa de escolarização, abandono escolar, insucesso escolar, etc. Por outro lado, esta situação é persistente e tem-se agravado em termos relativos.

Admito que é possível compatibilizar e encontrar medidas de equilíbrio para as duas preocupações: desconcentrar o ensino até aos centros urbanos, mais próximos da população carenciada, sem incorrer em deseconomia e por outro lado condensar a oferta de ensino por agregação das pequenas escolas dispersas. Na primeira atitude, quando implica a abertura de novo equipamento educativo, há que analisar a dinâmica demográfica recente e privilegiar as sedes de concelho. No segundo caso, é necessário contrariar o encerramento de escolas com a oferta de recursos educativos acrescidos naquelas que prevalecerem, a fim de que a alternativa compense a penalização de quem se vê obrigado à deslocação diária. Parece-me que este reforço de recursos educativos e culturais complementares deve ser muito acompanhado pelas autarquias locais.

Se as assimetrias persistentes em matéria educativa são difíceis de erradicar, só com um maior envolvimento das autarquias locais é possível encontrar soluções, até porque a educação reclama, cada vez mais, adequação às características específicas e singulares de cada espaço regional do nosso País. Eis algumas questões que gostaria de ver comentadas pelos ilustres intervenientes deste painel e aos participantes em geral deste seminário, em feliz iniciativa que o CNE resolveu acertadamente promover fora de Lisboa.

Eng.º José Manuel Prostes da Fonseca*Director do Departamento de Programação e Gestão Financeira*

Desejo, em primeiro lugar, agradecer ao Conselho Nacional de Educação o privilégio que me é dado de intervir neste útil e muito oportuno debate sobre a educação, a comunidade e o poder local. Na minha intervenção, limitar-me-ei a lançar algumas pistas que possam contribuir para aquele mesmo debate.

Os aspectos que, assim, irei abordar são centrados em vectores que considero essenciais no âmbito da política educativa. Creio que oportunidades como esta devem ser aproveitadas para, em conjunto, reflectirmos sobre a actualidade e o futuro da política educativa portuguesa, entendendo esta como abrangente de toda a problemática que envolve os domínios da educação e da formação e contribuindo, nomeadamente, para anular o seu tradicional - e, quanto a mim, incorrecto - divórcio. É, com efeito, indispensável formular e praticar uma política global e coerente de educação/formação, em que assente o desenvolvimento do nosso País.

Começarei por enunciar alguns pressupostos das questões seguidamente formuladas.

1º - No conceito amplo anteriormente referido, a política educativa tem de ser assumida por toda a sociedade civil, não podendo ser encarada como uma responsabilidade exclusivamente do Estado e, muito menos, apenas do Ministério da Educação, ou, no campo da formação profissional, do Ministério do Emprego e da Segurança Social.

A política educativa tem a ver com todos nós, que, em diferentes posições e de diversas formas, integramos a sociedade civil, cuja mobilização é indispensável para a existência formal e prática de uma

política educativa coerente, vertente essencial de um projecto de sociedade, de um projecto de futuro para Portugal.

2º - As autarquias constituem um elemento básico aglutinador dos cidadãos, que, por sua vez, constituem a sociedade civil. Daí que a rede autárquica tenha um papel fundamental a desempenhar na referida mobilização, entendida como uma efectiva participação dos cidadãos. Este papel das autarquias é vital nos domínios da política educativa.

3º - O terceiro pressuposto tem a ver com o papel da educação face ao desafio histórico com que Portugal está confrontado.

Está fora de causa a importância da internacionalização da vida portuguesa e, em particular, da integração do País num espaço como é a União Europeia. No entanto, é indispensável que esta abertura ao exterior seja assumida com a manutenção e, mesmo, o reforço da nossa identidade nacional. Salvar ou não esta identidade é, quanto a mim, o grande desafio que se coloca aos portugueses.

Tal salvaguarda só se consegue através de uma política educativa consequente, que prepare os portugueses para - sem deixarem de ser portugueses - se comportarem como cidadãos activos do xadrez internacional, tirando partido para o desenvolvimento de Portugal e contribuindo para o progresso da humanidade.

Creio não ir contra uma corrente de opinião fortemente generalizada se disser que, neste momento, a situação da política educativa portuguesa não corresponde às necessidades essenciais do País. Há que assumir com frontalidade e sem complexos - eu próprio o faço, ainda que sendo dirigente do Ministério da Educação - que se assiste a um descontentamento generalizado em relação ao que, em Portugal, se passa nos domínios da política educativa. Tal descontentamento atinge todos os sectores: professores, alunos,

famílias, empregadores e as próprias estruturas do Ministério da Educação.

Como alterar esta situação, que se apresenta altamente preocupante? Creio, repito, que as autarquias podem e devem ter, aqui, um importante papel a desempenhar, contribuindo para aproveitar potencialidades e despertar capacidades que são muitas, mas estão dispersas e inaproveitadas. Há que, definitivamente, assumir que, em termos de capacidade humana, Portugal está ao nível dos países mais desenvolvidos, designadamente do continente europeu.

Como referi, no início desta minha intervenção, mencionarei, agora, algumas questões que poderão merecer reflexão numa perspectiva de participação/contribuição das autarquias na problemática educativa.

1ª - Criação de uma dinâmica de diálogo, o qual, no meu ponto de vista, constitui a primeira condição para a formulação e aplicação de uma adequada política educativa.

Não será exagerado dizer que se perdeu o sentido do diálogo, afinal a tónica essencial do próprio processo de ensino e de aprendizagem. De facto, constata-se que os professores estão, por vezes, de costas voltadas com os alunos e estes com aqueles e, de uma forma geral, a população e o próprio Ministério da Educação também estão de costas voltadas entre si. Impõe-se criar, entre todos, uma dinâmica de diálogo e de reflexão conjunta, num esforço colectivo destinado a encontrar soluções para problemas educacionais extremamente difíceis, para os quais o País tem, rapidamente, que encontrar resposta.

Coloca-se, assim, uma primeira questão para reflexão: em que medida poderão as autarquias contribuir para esta dinâmica de diálogo entre todos os protagonistas da política educativa?

2ª - Resposta da acção educativa a necessidades emergentes de uma realidade social, cultural, económica e geográfica muito heterogénea.

A tendência para a uniformidade faz parte da mentalidade e da tradição portuguesas, talvez latinas... Nas reformas ou outros processos de mudança, esquecemos, com frequência, que o País não é igual do Minho ao Algarve e do Continente às Regiões Autónomas. A persistência nesta visão errada - flagrante no conteúdo dos múltiplos normativos emanados do Governo e da Administração Pública - é particularmente grave nos sectores sociais, como é o caso da educação.

Há que assumir que a grande riqueza de uma política e de uma prática educativas reside exactamente na sua maleabilidade, na sua capacidade de adaptação à diversidade de pessoas e de situações. É a diferença entre o país real e aquele que é espelhado no Diário da República...

Há, da parte dos responsáveis políticos e da Administração, um frequente receio de assumir esta diversidade. Tal receio está associado ao desejo de manter um apertado controlo sobre o funcionamento dos sistemas sociais, controlo esse que, naturalmente, é tanto mais fácil quanto maior for a uniformidade desses mesmos sistemas.

A segunda questão que, assim, parece poder ser formulada tem a ver com a contribuição das autarquias para a assunção do princípio da diversidade na concepção e na aplicação da política educativa.

3ª - Aposta na coordenação, no respeitante às orientações e à gestão dos recursos, das diferentes vias e modalidades de educação e de formação existentes em Portugal.

Esta questão coloca-se, por exemplo, nas vias alternativas que, no campo da formação profissional e tecnológica, se apresentam aos

jovens à saída do ensino básico: ensino tecnológico inserido no sistema regular de ensino, escolas profissionais e sistema de formação em alternância (aprendizagem). Pode questionar-se: qual o tipo de informação e de esclarecimento global que, relativamente a estas três vias, são colocados à disposição dos jovens e das suas famílias, para que seja assegurada uma escolha criteriosa das mesmas, assente em critérios de natureza pedagógica e não em outros marginais e circunstanciais (ter ou não ter bolsa de estudo, etc....)?; por outro lado, qual a coordenação dos recursos humanos, materiais e financeiros utilizados nas três vias?

Eis, assim, uma terceira questão: como poderão as autarquias contribuir para a coordenação das diferentes vias e modalidades de educação e ensino e para a respectiva aderência às características e necessidades específicas dos meios em que estão implantadas?

4ª - Rendibilização dos recursos utilizados no sector educativo (aspecto já referido na questão anterior).

A aplicação da política educativa de que o nosso País necessita obriga á mobilização de um amplo conjunto de recursos humanos, materiais e financeiros. Dadas as múltiplas e profundas carências da sociedade portuguesa, impõe-se assegurar uma criteriosa aplicação de tais recursos e uma forte rendibilização dos mesmos.

Coloca-se, neste domínio, uma questão que, no meu ponto de vista, é preocupante e poderá, no médio prazo, assumir uma notória gravidade. Trata-se da circunstância de uma significativa parcela do financiamento do desenvolvimento dos sistemas de educação e ensino estar a ser assegurada por fundos da União Europeia. Afigura-se-me que o País vive “anestesiado” com os “milhões” que vêm de Bruxelas... A questão que se coloca é esta: como vamos viver e continuar - até acelerar - o nosso desenvolvimento quando for

estancado o fluxo desses “milhões”? Como continuaremos a formar professores, a construir escolas, etc.?

Até que ponto, designadamente através de uma maior descentralização nas autarquias, poderão estas contribuir para a criação, valorização e rendibilização dos recursos necessários no sector educativo? Eis outra questão que será útil debater.

5ª - A necessidade da prática sistemática da avaliação.

No sector educativo - como, aliás, em muitos outros da vida portuguesa - não estamos habituados a avaliar o desenvolvimento dos processos de mudança. Esta falta é agravada pelo facto de, a montante, não cuidarmos de verificar se estarão, no “terreno”, asseguradas todas as condições implícitas na aplicação de tais processos. A não consideração destes aspectos tem constituído a causa de insucessos na aplicação de processos de mudança que, no seu conteúdo formal, até não deixam de ser correctos!

Eis a última questão que submeto à vossa reflexão: poderão as autarquias contribuir para esta avaliação, designadamente numa perspectiva de avaliação externa ao sistema educativo?

Uma última palavra.

Considero que a participação das autarquias é essencial, como parceiros, ao lado de outros, no protagonismo da política educativa. Mas, parceiros não de favor e, como tal, assumidos tanto pelo poder político, como pela Administração, nos campos dos direitos, mas, também, das responsabilidades.

É nesta perspectiva de parceria actuante e responsável, ao lado do Estado e da sociedade civil em geral, que julgo que as autarquias devem ter uma palavra fundamental nas diferentes fases da política

educativa: concepção, regulamentação, preparação da aplicação, aplicação e avaliação.

Dr. Rui Marques

*Presidente da Câmara Municipal de Albergaria a Velha
Vice-Presidente da Associação Nacional dos Municípios*

Minhas senhoras e meus senhores, em nome da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, quero antes de mais congratular-me com esta oportunidade de, conjuntamente com outras instituições, trabalharmos temas a que todos atribuímos excepcional relevância, porquanto o trinómio em discussão, Educação, Comunidade e Poder Local, constitui um dos maiores desafios que hoje se colocam também aos municípios. Temos dele tanta consciência e assumimo-lo com tal responsabilidade que podemos afirmar sem receio tratar-se de uma área em que a intervenção municipal e de freguesia ultrapassa como nenhuma outra as ainda poucas competências que lhe estão atribuídas. Pensamos até ser da mais elementar justiça reclamar o reconhecimento desta acção supletiva face às insuficiências da administração central e por força disso evidenciar a necessidade de promover a adaptação do quadro normativo à realidade actual, tendo certamente em vista a formação do futuro. O que no fundo está em causa é a aplicação do princípio da subsidiariedade, agora tão propagandeado, mas que não pode servir apenas como mera figura de retórica. Se por um lado se constata que os municípios o cumprem ao corresponderem às necessidades e apelos locais mesmo muito para além daquilo a que estariam obrigados, por outro se reconhece a dificuldade que a administração central revela em implantá-lo e aplicá-lo. Verificamos por parte das unidades escolares um apelo cada vez maior e muitos estabelecimentos de ensino devem o seu normal funcionamento à nossa atitude sempre generosa - são fotocópias aos milhares, é material pedagógico inexistente, é limpeza, é jardinagem, são arranjos exteriores e interiores, é o aquecimento, são as visitas de estudo, são apoios na área cultural, na área dos tempos livres, na área do desporto, enfim é um mar de solicitações que o pessoal docente se vê obrigado a pedir à câmara municipal porque os

pedidos feitos aos serviços do ministério, ou não são atendidos ou obtêm como resposta muitas vezes “dirija-se à câmara”.

Na impossibilidade de, numa intervenção deste tipo poder aprofundar cada um dos temas em discussão, limitar-me-ei a eleger alguns e a enunciar sobre cada um deles duas ou três linhas de força.

Assim, sobre a educação pré-escolar - conhecemos as metas divulgadas pelo governo de se atingir os 90% de taxa de cobertura a curto prazo e concordamos com a definição deste objectivo, no entanto sabemos também das dificuldades que se nos deparam e do esforço de parceria que nesta área nos vai ser exigido. Tenhamos presente que uma escola não se limita a um edifício. A nosso ver, falta antes de mais a definição de uma política clara de intervenção na área pré-escolar. Não se espere a adesão dos pais a este projecto se o horário de atendimento não se adequar à vida moderna, isto quer dizer que a saída dos seus filhos às 3h da tarde, impede-os, por mera questão de bom senso, quanto mais não fosse, de optarem por tal solução. Temos por isso sugerido que, na área do pré-escolar, para além da componente pedagógica, se acrescente a componente ATL, ou seja atendimento de tempos livres, por forma a aumentar a possibilidade de estadia das crianças na escola. Defendemos também, como é óbvio, a criação de uma rede pública pré-escolar, sem prejuízo das iniciativas de cariz privado, que aliás têm prestado precioso serviço. Até que ponto será correcto admitir a intervenção de dois ministérios nesta mesma área, perguntamos nós. Continuamos ainda a aguardar pela publicação dos projectos de portaria de criação de novas unidades, cuja retenção na gaveta, presumo que desde 88, tem permitido o aparecimento de uma nova figura híbrida ou hermafrodita a que se chama o jardim autárquico.

Um outro tema - a gestão escolar - aprendi na medicina e por experiência própria que quando para uma mesma doença aparecem muitas drogas, é porque nenhuma é verdadeiramente eficaz, acarreta

sempre contra-indicações. Também para a gestão escolar e por raciocínio analógico, têm sido experimentados tantos modelos que me parece utopia encontrar o ideal. Porém, parece-nos indiscutível também, que uma maior autonomia das escolas, com maior participação dos agentes locais, trará evidentes vantagens. O recente concurso nacional para pessoal auxiliar foi talvez o exemplo mais nítido de quão imperioso se torna melhorar o actual sistema de gestão, flexibilizando, ou melhor dizendo, modernizando. Mais uma vez os municípios aproveitam a oportunidade, hoje e aqui, para se manifestarem disponíveis para nela participarem, tendo sempre em conta que recusam qualquer tipo de conflitualidade consequente ao cruzamento de competências, bem como não aceitam serem considerados como meras entidades prestadoras de serviços à escola, entendida aqui como extensão do ministério. A escola tem que funcionar muito ligada ao meio em que se insere e vemo-la como instituição com vida, cultura e mística próprias. Sem uma maior autonomia será impossível atingir tal desiderato.

Outro assunto - os contratos-programa - estes acordos a estabelecer entre os dois níveis de administração têm como objectivo legalmente consignado, o apoio técnico e financeiro aos municípios sempre que se reconheça a impossibilidade destes, só por si, executarem determinada tarefa. No sector da educação este princípio tem sido frequentemente invertido e o apoio que na realidade ocorre é em sentido oposto, ou seja, tem sido o poder local, mais uma vez generosamente, a subsidiar o central. Atente-se por exemplo nas escolas ditas C+S, em que os municípios se têm visto “obrigados” a investir em terrenos e a participarem na construção em percentagens variadas consoante o caso. Também o actual pacote dos pavilhões escolares se socorre da falta de alternativa das câmaras e mais uma vez se inverte tal princípio.

Transportes escolares - continuam os municípios sem a legítima compensação do acréscimo de despesa que vimos suportando devido

ao aumento da escolaridade obrigatória. Julgamos que questões como esta deveriam ser tratadas com outra oportunidade e com outro sentido de responsabilidade. Também o transporte de deficientes, em muitos casos, é assegurado pelo município em substituição da estrutura central, sem contrapartida financeira.

Transferência de competências - todos estes temas enunciados têm um denominador comum, ou seja, o reconhecimento aos mais diversos níveis de que a intervenção das autarquias no sentido da sua resolução consegue maior eficácia e eficiência. Basta lembrar que recebemos 7% da despesa pública nacional e promovemos 25% do investimento do país. Este diferencial é só por si elucidativo. A transferência de competências torna-se portanto inevitável e é sequência lógica e natural de um processo de modernidade e de exigência social intrinsecamente ligado à vivência democrática do pós 25 de Abril e a que ninguém pode escapar. Os municípios, cientes deste fenómeno, reclamam, e o sector educacional não é excepção, a implementação de um quadro legal estável que regule o relacionamento entre os, para já, dois níveis de administração. Neste quadro, inclui-se obviamente a problemática de recursos financeiros. No que concerne especificamente à transferência de competências na área escolar, entendemos que a transferência da distribuição do leite escolar não pode assumir foros de acontecimento nacional, sob pena de sermos todos ridicularizados. Pese embora a nossa posição, é questão de somenos, perante o todo apresentado. Não exagero se vos disser que elegemos este conjunto de competências, tarefas ou funções, todos eles a transferir, e face à sua importância para a formação dos nossos jovens, como o mais sensível de todos quantos de momento discutimos na Associação Nacional de Municípios Portugueses, mesmo quando comparado com a lei das finanças locais. O grupo recentemente criado entre o ministério e a Associação saberá, assim o esperamos, produzir trabalho válido, que muito mais do que agradar a ambas as instituições, promova uma efectiva melhoria do nosso sistema de ensino.

Outro tema ainda - os fundos comunitários - uma breve nota. Continuamos sem perceber porque foi vedado aos municípios a possibilidade de acesso aos fundos estruturais, obviamente, no caso vertente, para construção de escolas, quer do pré-escolar, quer do 1º ciclo do ensino básico. É uma medida que consideramos injusta, tanto mais que se adivinha e avizinha o esforço financeiro que urge fazer principalmente ao nível do pré-primário.

Por último cumpre-me felicitar o CNE que tão bem tem sabido provocar a discussão destes pertinentes assuntos e até pela oportunidade do seu debate. Resta-me dar-vos garantias em nome da Associação Nacional de Municípios Portugueses de que as reflexões e os esclarecidos conhecimentos aqui transmitidos, serão por nós atentamente analisados e tidos em conta nos trabalhos em curso. Bem hajam.

Doutor António Barreto

Eu já suspeitava que me caberia o papel de desmancha-prazeres! Tentarei desempenhá-lo o melhor possível.

Há duas ideias, implícitas em grande parte dos debates que aqui tivemos, que me causam um certo mal-estar. A primeira é a de que o centralismo ou o poder político central é um mal absoluto que se abateu sobre a educação e sobre o povo português. A segunda é a de que é fácil descentralizar e que, sobre os objectivos, muitos estão de acordo. Vejamos uma de cada vez.

Sendo embora um descentralizador radical, pelo menos assim me pretendo, considero indispensável estudar o fenómeno do centralismo e bem conhecer os verdadeiros obstáculos à descentralização. Estes, aliás fortíssimos, não devem ser desvalorizados. Numa linguagem um pouco bélica, chama-se a isto “conhecer o inimigo”. Nesta questão da “descentralização *versus* centralismo” perdemos imenso tempo a repetirmo-nos e a forjar artificialmente unanimidades frequentemente falsas. Nem sequer dedicamos o tempo necessário a conhecer os obstáculos. O queixume contra a centralização e a proclamação das virtudes da descentralização não chegam para levar a bom termo tão difícil combate.

O centralismo, a integração e a unificação são três tendências essenciais da evolução do sistema educativo. São três fenómenos que se desenvolveram ao longo de um ou dois séculos. É um processo que tem início com as “Luzes” e vem até nós, atravessando o Vintismo, o Liberalismo, a Monarquia constitucional, a República, o Corporativismo, o Capitalismo, a Democracia e o Socialismo. Ao longo dos tempos, foram crescendo estes três fenómenos: centralismo, integração e unificação. Correspondem a tendências sociais e políticas importantíssimas, do ponto de vista histórico.

Com o surgimento do nacionalismo nos séculos XVIII e XIX, tivemos a construção e a afirmação do Estado-nação, a definição de fronteiras e exércitos nacionais, o desenvolvimento da ideia de instrução pública. Com o capitalismo industrial, tivemos a necessidade de formação de trabalhadores e técnicos, capazes de dominar uma língua e outros instrumentos formais de expressão e comunicação. Consolidou-se a ideia da escolaridade obrigatória, em substituição do privilégio da educação das classes altas, eventualmente aristocráticas. Com a República e a democracia, nasce a ideia moderna de cidadania e de igualdade de todos perante a lei e perante o Estado. O sistema público de instrução nasce nestas circunstâncias.

Curiosamente, mais tarde, assiste-se a uma interessante inversão de conceitos. No seu início, a escolaridade obrigatória era um dever que alguns Estados, mais ou menos esclarecidos, impunham aos pais. Muitos destes não podiam ou não queriam educar os seus filhos, isto é, “mandá-los para a escola”. Hoje, quando se fala de escolaridade obrigatória, são os povos, os cidadãos que obrigam o Estado a cumprir o seu dever de organização de um serviço público de instrução e formação. Noutras palavras, um dever transformou-se num direito social. Esta inversão foi um dos fenómenos mais importantes da história da educação nos últimos tempos.

Deste processo fazem parte outros fenómenos igualmente importantes e que caracterizam a educação, tal como a conhecemos hoje: a massificação do ensino, a laicização, a transformação da educação aristocrática em educação burguesa, esta em instrução pública e esta em formação. Chegou-se frequentemente a exageros, nesta tendência de alargamento de funções da educação e da instrução. Chegou a acreditar-se, por exemplo, que a escola deveria assegurar a “formação integral do indivíduo”. Depositaram-se excessivas esperanças na escola. Pediu-se à escola o que ela não poderia dar. Ou o que ela não deveria dar. Em Portugal, ainda há 50 anos, era de bom tom imaginar que a escola “moldava as consciências”. Quem hoje

ousar pensar assim, será severamente condenado. Ou já não é levado a sério. A escola é hoje apenas um dos muitos contributos para a formação dos homens e das mulheres, conjuntamente e em competição com a família, a rua, a “cultura jovem”, a televisão, a imprensa, as associações recreativas e desportivas, as discotecas, etc.

Olhemos sempre, portanto, para o centralismo, a unificação e a integração do sistema educativo, nesta perspectiva histórica. O que há de absurdo no sistema actual é que a maior parte das causas do centralismo, das suas razões históricas, está hoje ultrapassada. Já não são tempos de criar e consolidar o Estado-nação. Já não importa estabelecer a obrigatoriedade da escola, dado que esta se transformou num direito social. A maior parte das garantias que o sistema central unificado pretendia oferecer aos cidadãos está hoje constitucionalizada, faz parte dos costumes e da cultura. O que quer dizer que temos um sistema educativo cujas principais características foram criadas e surgiram historicamente para resolver problemas hoje ultrapassados, que já estão, em geral, resolvidos pelas sociedades e consagrados nas constituições. Para o melhor e o pior, foi esta a evolução do sistema educativo que chegou ao ponto a que chegou.

Na sua fase contemporânea, quando não se cessa de ouvir falar de “crise da educação”, só uma parte dessa crise se deve a esta evolução e às características estruturais do sistema. Porque, como é bem sabido, a crise do sistema educativo verifica-se tanto em países centralizados e burocráticos, como o nosso, como em sistemas descentralizados, dos quais o americano é o melhor exemplo. Quando se fala da perda da ideia de mérito, da quebra de qualidade académica e científica, da baixa do nível cultural e da despersonalização dos sistemas de ensino, podemos ter a certeza de que as origens dessas observações são de quase todos os países ocidentais. Estes factores de crise não são sempre iguais, não têm a mesma tradução, de país para país, mas têm algo de semelhante, de comum. O que quer dizer que há razões de

sociedade global, de civilização e de geração, comuns a múltiplos países.

Há, todavia, uma profunda crise do funcionamento interno do sistema, que é disso que temos estado a falar aqui. Mas devo afirmar que a primeira razão pela qual me considero adversário do sistema centralista é de ordem geral, política e cultural, não apenas por causa das disfunções do sistema. São os valores da responsabilidade dos cidadãos, da participação das comunidades nos assuntos que lhes são próprios e da recompensa do mérito e do esforço que me fazem defender a descentralização e a integração das escolas nas autarquias, com a plena participação dos pais, dos professores e dos estudantes.

E passemos à segunda ideia, que é, na verdade, uma ilusão: parece, com efeito, que os descentralizadores estão de acordo. O que é paradoxal, pois quase não se conhecem adeptos do centralismo e, no entanto, este mantém-se vigoroso, quase inalterado, enquanto crescem as frustrações dos “devolucionistas”. A verdade é que os descentralizadores estão muito pouco de acordo uns com os outros; e que, por outro lado, os centralistas não se exprimem abertamente, mas actuam.

Antes de avançar, e para que não se diga que tento vender “gato por lebre”, deixem-me sintetizar as orientações que perfilho relativamente à organização da educação. Em primeiro lugar, defendo uma vastíssima descentralização de todo o sistema educativo. Segundo, gostaria de ver o Ministério da Educação reduzido a uma porção quase residual de competências, entre as quais incluiria a estatística e a de inspecção. A maior parte das funções desempenhadas pela “5 de Outubro” dever-lhe-iam ser retiradas. Umas, devolvidas às escolas e às autarquias regionais ou municipais. Outras, pura e simplesmente eliminadas. Terceiro, defendo a inexistência de modelos de organização para todas as escolas. Foi com alguma efervescência que ouvi uns participantes reclamarem a necessidade de “um novo

modelo” para a escola ou para a gestão do sistema. O meu modelo é a ausência de modelos. Pelo menos de modelos legais, impostos. Deixemos as escolas, as comunidades, as autarquias, as regiões, os pais e os professores criar os seus modelos de gestão e organização. Em contacto umas com as outras, todas poderão aproveitar das experiências de todos. A emulação estaria em vigor. Os melhores “modelos” são os que se impõem pela qualidade e pelos seus resultados. Os melhores modelos são os que são adoptados por energia própria, com vontade.

Encare-se a hipótese de desintegrar o sistema educativo. A ideia tão forte, que era talvez boa há 50 ou mais anos, de termos um sistema integrado vertical e horizontalmente, único, tendente a unificar métodos e critérios e a sugerir comportamentos semelhantes e a obter resultados iguais, esta ideia, que tanto tem de paternalista e despótico, é abafadora das consciências. É contrária da responsabilização. É incentivo à mediocridade. É inimiga da diversidade da vida social, condição de liberdade. Pior ainda: não resulta. Nem nos países democráticos e nas sociedades abertas, nem nos regimes fechados e autocráticos.

E quando digo desintegração do sistema, acrescento duas qualificações. Primeiro, as escolas privadas ou cooperativas devem ter plena liberdade, devem co-existir com as escola públicas. Segundo, isto não quer dizer que faça a apologia do desaparecimento do ensino público. De modo algum. Defendo a sua qualidade, a sua melhor organização, a sua superior eficácia, dentro dos padrões de rigor e qualidade. Mas tal não pode significar apenas e exclusivamente ensino público centralizado e unificado.

Finalmente, pondo termo a esta tentativa de conhecer um pouco o “inimigo”, vale a pena reflectir numa frase dita durante uma sessão desta tarde. Disse alguém, mais ou menos: “Isto é trágico, porque estamos todos de acordo. Sabemos todos o que devemos fazer e não o

fazemos. Este é já o 36º seminário sobre a Educação, em que se defende a descentralização e nada se passa, nada se faz...”. Esta observação melancólica dá para reflectir. Interroguei-me e encontrei várias razões pelas quais temos a impressão de que estamos todos de acordo e nada se faz.

A primeira é a mais simples: é a ditadura do sistema. Todo o sistema tradicional impõe a sua ditadura e a sua inércia. Mudar não é simples.

A segunda reside nos governantes, no Ministério da Educação, na maior parte dos Directores-Gerais, em grande parte dos técnicos de educação e nas principais organizações de professores e de pais, isto é, associações e sindicatos. No conjunto, todos estes mencionados ou apoiam o centralismo, ou impedem a descentralização, ou não se importam com que assim seja. Nos melhores casos, pretendem limar arestas, melhorar aqui e ali, mas não alterar profundamente o sistema.

A terceira consiste no facto de o sistema social e político ser ele próprio centralista e centralizador. É extremamente difícil, talvez mesmo impossível, proceder a uma reforma significativa de hábitos, métodos, estruturas e organização num só sector, sem que o resto se altere também. É difícilimo levar a cabo uma quase revolução numa única área social e institucional, contrária à lógica do sistema global. A este propósito, permitam-me fazer uma referência pessoal: na primeira fila desta sala, está um senhor, o Professor Veiga Simão, que tentou fazer uma reforma profunda, quando tinha quase tudo contra ele. Ele sabe por que o não pôde fazer. Ele sabe por que razão não pôde ir muito longe, ou tão longe quanto pretendia, num só sector, quando tudo o resto navega em sentido contrário.

A quarta razão é a que mais me custa: a sociedade civil apoia o centralismo, ou não apoia a descentralização, ou não se importa com que assim seja. É a razão mais penosa. Não conheço, na sociedade

civil portuguesa, exemplos de luta forte e obstinada, de reivindicação pertinaz pela descentralização do sistema educativo. Nem talvez pela descentralização em geral. Entre as raras exceções, contam-se os autarcas. Os que estão aqui presentes pensarão que os quero seduzir, mas não é verdade: não sou candidato, não quero ganhar nada a ninguém. Há alguns anos que os autarcas, alguns autarcas, começaram a lutar pela descentralização da educação. Acontece que os autarcas estão numa posição muito especial: não são bem Estado, não são bem sociedade civil. Se Portugal fosse um país descentralizado, a autarquia estaria mais próxima do sociedade civil. Num sistema como o português, a autarquia está a meio caminho. Por isso os autarcas têm frequentemente dificuldades em ser compreendidos pelo poder central e pela sociedade civil. Mas são as únicas forças que, com alguma consistência, têm aparecido, nos últimos anos, a lutar pela descentralização. Por vezes, fazem-no com cautelas, com receio. Dizia há pouco o Luís Braga da Cruz: “Agarrem tudo o que lhes derem. Se pedirem um computador e lhes derem uma esferográfica, agarrem na esferográfica”. À minha direita, nesta mesa, um autarca disse entre dentes: “Isso queria ele, que a gente pegasse só no veneno e não tivesse o resto, os meios!”. Por mim, estou de acordo com o Luís Braga da Cruz: peguem na esferográfica, peguem no que puderem, peguem em tudo, depois logo se verá!

A quinta razão reside no simples facto de que é mais caro descentralizar do que centralizar. É bom que os defensores da descentralização não acreditem em mitos, não tentem candidamente convencer os outros e não se digam para eles próprios que “será mais barato”. Não é verdade. As vantagens da descentralização são qualitativas, não são financeiras. A descentralização pode melhorar a qualidade do ensino, pode promover o mérito e pode aumentar o sentido das responsabilidades das comunidades locais, mas não creio sinceramente que possa diminuir os custos. Poderá, na melhor das hipóteses, dar melhores resultados para o mesmo dinheiro gasto, mas nem sequer isso é certo. A experiência dos transportes escolares, por

exemplo, é elucidativa. É uma das experiências mais conseguidas. Várias pessoas aqui presentes referiram o que terá sido, em locais do país completamente diferentes, o grande sucesso dos transportes escolares organizados pelas autarquias. Ao mesmo tempo, sublinharam o facto de as tentativas, feitas no mesmo sentido, pelo poder central, terem geralmente fracassado. Mas ninguém poderá dizer que a experiência levada a cabo pelas autarquias tenha sido mais barata. O serviço foi melhor, mas também foi mais caro. O que não me custa aceitar. Fazer bem, a nível local, pode ser mais caro, tenhamos consciência disso. E ninguém deve, aliás, inferir que é verdadeira a contrária: “fazer bem, a nível central, é mais barato”. Não está provado. E, geralmente, em muitos casos, pelo menos, o certo é que não é possível fazer bem a nível central. Em conclusão: o essencial é fazer melhor, mais adequado às populações, mais humanizado, mais socialmente responsável e mais civicamente empenhado. Se for mais caro, terá de ser. As comunidades locais são as mais adequadas ao cumprimento de tais objectivos. Como são as mais adequadas a decidir o esforço financeiro que estão dispostas a fazer pela educação dos seus cidadãos. Mas que ninguém diga, por demagogia ou ingenuidade, que “localmente, é mais barato”.

Finalmente, sexta razão para esta espécie de frustração de que tanto falámos aqui: os descentralizadores não estão de acordo entre si. É seguramente a mais grave e a mais séria razão pela qual a descentralização não avança. Entre professores, autarcas, estudantes, pais, técnicos, pedagogos e não sei quem estou a esquecer, entre todos estes interessados na escola, não há um acordo fundamental sobre algumas das mais importantes questões relativas à descentralização. Estão de acordo em que os vencimentos dos professores passem a ser pagos pelas autarquias? Com que entidade se deve estabelecer o vínculo profissional dos professores: com a escola, com a autarquia ou com o Estado central? Estão de acordo sobre a transferência do “poder” para a comunidade? Isto é: o poder de decisão e a responsabilidade sobre a escola, na autarquia e o poder de decisão e a

responsabilidade dentro da escola, aos professores e pais? Os professores estão de acordo em que os pais participem na gestão da escola? Com 5% ou com 51% dos votos nos conselhos directivos? E qual será o poder real dos conselhos escolares perante a autarquia, a freguesia, a municipalidade ou a região? O “currículo” nacional, o chamado “tronco comum”, será de 100% das matérias, ou 50%, ou 5%? Ou será só Português e História? Os calendários escolares devem ser os mesmos em todo o país? Quase os mesmos? Ou poderão variar consideravelmente, digamos, um ou dois meses por ano em carga escolar e em prazos de abertura e fecho dos anos lectivos? Sobre todos estes assuntos essenciais, os descentralizadores não estão de acordo.

E é esta a minha conclusão. A tarefa mais importante, para os descentralizadores, nos próximos dois ou quatro anos, consiste em estudarem estes problemas, discutirem o mais possível, porem-se de acordo sobre uma “Carta” essencial da descentralização. Os descentralizadores, entre os quais me conto, não sabem, em conjunto, aquilo por que lutam. Só sabem aquilo de que se queixam. Não chega.

De um lado, se me permitem a expressão bélica, uma vez mais, temos um “inimigo” ordenado, arrumado, apumado, hierarquizado, rodeado de obstáculos e com enormes meios; do outro, temos hordas anárquicas de ideias diferentes e de queixumes. Assim, nem sequer conseguiremos destruir os obstáculos, quanto mais construir novos sistemas, uma nova escola.

E concludo: nesta luta, o único motivo pelo qual mantenho algum optimismo, é porque a descentralização é inevitável. Isto, o sistema educativo, chegou a tal ponto que é simplesmente impossível continuar a gerir e administrar. Quando se chega à situação, que é a actual, em que a lei manda que em todo o país os jardins-escolas fechem à mesma hora, isto é, às três horas da tarde, isto é sinal de que o poder central está louco. É inevitável que haja uma alteração profunda deste estado de coisas.

Engº. Luís Braga da Cruz

Sobre a questão da descentralização, proponho-me introduzir algum ordenamento à nossa discussão, nunca esquecendo os dois grandes objectivos por que vale a pena descentralizar a soberania. Em primeiro lugar, para aprofundar a forma de viver em democracia, com maior nível de responsabilidade entre quem administra e quem é administrado. Em segundo lugar, por que é a forma tradicional de introduzir factores de modernização administrativa. Portanto não se descentraliza por qualquer imperativo de natureza obrigatória, mais ou menos escatológico, mas simplesmente porque é essa a forma mais perfeita de viver em sociedade: atribuir a cada nível de exercício de responsabilidade as competências ajustadas à sua capacidade de o exercer de forma óptima. Isto não é senão, afinal, a aplicação do princípio da subsidiaridade, tão proclamado hoje.

Quando conseguimos compatibilizar aqueles dois objectivos estaremos a caminhar para uma sociedade mais justa e a explorar melhor as suas capacidades de desenvolvimento.

Por outro lado, para viver em democracia precisamos de saber dialogar, eleger a participação como forma de apuramento das soluções, procurar a racionalização dos recursos e acautelar a despesa pública. E hoje, mais do que nunca, o dinheiro é escasso em Portugal para dar satisfação a tanta vontade de concretizar legítimas aspirações.

Porém não podemos, de maneira nenhuma, controverter a questão de fundo. Ou seja, não podem ser invocadas razões económicas para comprometer formas mais descentralizadas de exercer o poder. É que esta via, para além de corresponder a uma forma mais demonstrativa de viver em sociedade, pode corresponder também a soluções mais racionais e mais ajustadas às necessidades dos cidadãos.

Agradeço ao Sr. Dr. António Barreto a sua intervenção e a forma aguda como lançou aqui alguns temas tão interessantes para o nosso debate.

Vai falar a seguir o Sr. Dr. Nuno Vitorino que tem a vantagem de ser no nosso painel um observador externo. Não é professor, não pertence ao Ministério de Educação, nem ao sector público. No entanto já teve grandes responsabilidades na administração portuguesa, visto ter sido Director Geral do Desenvolvimento Regional e, nessa qualidade lhe ter ser cometido todo o processo de negociação dos fundos estruturais que a União Europeia pôs à nossa disposição no quadro do Plano de Desenvolvimento Regional português. Hoje está num lugar privilegiado para olhar o sistema educativo português: é administrador de um conhecido jornal diário nacional.

Dr. Nuno Vitorino

Jornal “Público”

Permito-me, mesmo antes de apresentar a minha comunicação, chamar a vossa atenção para uma ideia interessante que o Sr. Eng^o. Luís Braga da Cruz acabou de referir: a de que os recursos parecem ser escassos porque todos queremos fazer tudo ao mesmo tempo.

Queria apenas, nesta comunicação, abordar três questões.

A primeira questão é, procurando ser muito sintético, a seguinte: o tema que o CNE nos propôs é, como todos sabem, Educação, Comunidade e Poder Local. Trata-se de um tema potencialmente muito interessante e, naturalmente, multifacetado. O que desejo começar por salientar é que (como pude observar) a generalidade dos intervenientes pegaram apenas no que eu chamaria uma “gaveta” deste grande “armário” - basicamente, a “gaveta” que pode ter por título, eventualmente redutor mas expressivo, a gestão dos estabelecimentos de ensino e, em especial, as matérias relativas à proximidade crescente e, segundo penso, desejada, dos estabelecimentos de ensino em relação à autarquia local e, especialmente, à comunidade.

O que gostaria de salientar é que me parece limitativo, face à multidão de problemas complexos que se prendem com o tema que nos foi proposto, abordar apenas esta “gaveta” do que designei como um grande “armário”. E chamar a vossa atenção para outras “gavetas” que considero tão importantes como esta.

A primeira, que me parece a mais simples, poderá designar-se por infraestruturas - onde, a meu ver, se integram as questões relativas à rede escolar e à logística. Trata-se de um conjunto de questões traduzíveis em realidades materializáveis, quase exclusivamente no domínio financeiro, e aquela onde, manifestamente e de forma assumida por todos os participantes, o processo descentralização

(mesmo sendo razoavelmente limitado) apresenta resultados adquiridos.

Apresentam-se, no entanto, outras questões mais complexas e igualmente importantes; assinalaria apenas três.

Por um lado, as que se prendem com as definições curriculares; por outro, as relativas aos aspectos pedagógicos; e, finalmente, o que poderia designar-se por gestão global do sistema - que, nesta sistematização, considero estar quase circunscrita à gestão dos recursos humanos.

Qual é então, nesta organização simplificada do tema que nos foi proposto, o que me parece ser a situação actual?

No que respeita ao tema mais abordado - a gestão dos estabelecimentos de ensino - existem algumas tentativas de descentralização, de natureza fundamentalmente experimental, e que têm sido, como foi salientado em diversos testemunhos, agarradas com entusiasmo por parte dos receptores, isto é, daqueles que têm responsabilidades na gestão destes mesmos estabelecimentos. Situação semelhante se verifica no que designei por infraestruturas, sobretudo para os níveis mais baixos do sistema de ensino.

Nas outras três componentes que aponte, a situação é substancialmente diferente: na “gaveta” pedagógica considero verificar-se uma profunda descentralização - no sentido de atribuição quase exclusiva de responsabilidades aos agentes últimos da tarefa educativa, aos transmissores de informação e de conhecimentos; esta situação contrasta com uma centralização que considero excessiva das duas outras “gavetas”, isto é das matérias curriculares e das questões relativas à gestão do sistema educativo (ou, como referi, da gestão dos recursos humanos - a que praticamente entendo reduzir-se a gestão do sistema educativo).

Parece-me evidente que esta ausência de sistematização indicia uma profunda confusão na concepção global da educação e, portanto, das modalidades e graus de descentralização e de participação pelos diversos intervenientes. Considero que seria muito importante arrumarmos ou procurarmos arrumar ideias sobre a concepção global do sistema educativo.

A segunda “gaveta” respeita à uniformidade. O Doutor António Barreto explicou, melhor do que eu o faria, quais poderiam ser as consequências, em termos de uniformização do sistema, decorrentes dum novo processo de centralização. Pelo meu lado, chamaria a vossa atenção para uma circunstância que me parece eventualmente mais complexa e com consequências mais desagradáveis: a de mesmo os tímidos e limitados esforços de descentralização de alguns poderes e de algumas competências não terem sido concretizados ou concebidos por forma a atenuarem ou, mesmo, a fazerem desaparecer essas regras uniformizadoras que caracterizam todo o sistema educativo.

E, assim, trata-se mais de aparências de descentralização do que de alteração radical e sistémica deste grande aparelho educativo em que todos estamos directa ou indirectamente envolvidos. Que quero dizer com isto? Que a descentralização - não apenas no que respeita à educação mas, também, a outras vertentes da administração pública - assume, para além da já referida uniformização, duas formas típicas de concretização:

Em primeiro lugar, aquela que se prende com a atribuição de recursos financeiros ou, melhor dizendo, a atribuição de algumas competências com pacotes financeiros associados. E curiosamente, na perspectiva de um observador externo, o mais chocante é verificar que o principal debate que se desenvolve sobre esta vertente da descentralização não se prende com o conteúdo ou com o sentido dessas transferências de responsabilidades ou de competências mas, quase exclusivamente, com a justiça relativa dos envelopes financeiros

que lhes estão associados. Há, assim, um desfoque das atenções para as questões que considero menos relevantes e menos interessantes.

Em segundo lugar, a descentralização tem sido claramente concebida e concretizada, nas situações em que isso acontece, com uma delimitação rigorosa de competências, como se construíssemos, neste rectângulo em que vivemos, uns muros ou umas paredes, e definíssemos o que é que cada quadradinho, dentro desse sistema rectilíneo de paredes e de barreiras, tem possibilidades de fazer e com que recursos financeiros. Trata-se, não de definir algo próximo daquilo que me parece ser o mundo e a forma como nós nos relacionamos uns com os outros, nada semelhante a uma rede de complementaridades e a uma rede de responsabilidades cruzadas entre diversos parceiros mas, antes, de uma delimitação rigorosa de competências, a que se associa o que designo como uma transferência arrogante de responsabilidades.

Para utilizar um exemplo mais fácil do que chamo transferência arrogante de responsabilidades: é como se, numa família, no relacionamento do pai com o filho, o primeiro dissesse ao segundo: “eu pago-te as propinas e tu estudas; não me perguntes onde arranjo o dinheiro e não me maces a explicar o que é que andas a fazer no estabelecimento de ensino”.

Os traços essenciais da descentralização no nosso país são, assim: por um lado, a concentração dos debates nos envelopes financeiros; por outro, a definição rigorosa e não complementar de competências; finalmente, o que designei por transferência arrogante de responsabilidades, que destrói as potencialidades de um sistema que poderia ser diferente e, sobretudo, contribui para manter as características de uniformização que caracterizam o sistema anterior, clara e exageradamente centralizado.

Sabemos no entanto que, mesmo nestas circunstâncias (e hoje de manhã tivémos uma possibilidade extraordinária de o verificar), têm lugar experiências e concretizações interessantíssimas que aproveitam as oportunidades, talvez involuntariamente oferecidas. Ou seja, para utilizar numa expressão que o Prof. Eduardo Marçal Grilo ontem nos apresentou, é como se este país, “o país do Diário da República”, no sentido em que tudo está perfeito porque tudo é em abstracto muito bem definido, tivesse grandes imperfeições, grandes buracos e brechas que se abrem. E acho que é realmente interessante e positivo verificar que os intervenientes na gestão dos estabelecimentos de ensino e aqueles que estão verdadeiramente interessados na interligação entre os estabelecimentos de ensino, a comunidade e as autarquias sabem utilizar essas brechas que se vão abrindo - e que, assim, nos permitem, a todos, sermos optimistas sobre o futuro.

Finalmente, a terceira reflexão (a terceira “gaveta”) que, curiosamente, decorre de uma reflexão apresentada pelo Doutor António Barreto no debate de ontem, que muito me impressionou: a afirmação de insatisfação decorrente da seguinte interrogação - se estamos todos de acordo porque é que nada acontece ?

O meu diagnóstico é diferente do que foi apresentado, até porque são diferentes as perspectivas de análise; avançaria, procurando ser sintético, duas pistas fundamentais:

- por um lado, transmitir-vos a interrogação de saber se de facto estamos de acordo ou, antes, se procuramos aproveitar ocasiões como esta, em que estamos reunidos, para nos tentarmos convencer que estamos de acordo, para afirmarmos veementemente que estamos de acordo, quando de facto os acordos são mais aparentes do que reais.

- por outro, sugerir-vos a seguinte forma de abordagem e de ultrapassagem da interrogação frustrante: “porque é que nada acontece ?”

Penso, depois de muita reflexão sobre esta problemática, que nada acontece porque as nossas ambições são exageradas. Nada acontece porque queremos mudar um sistema que levou centenas de anos a construir, e fazê-lo através de medidas legislativas, frequentemente elaboradas em semanas ou meses. Nada acontece porque pensamos, porque temos a ilusão, que é possível alterar uma realidade profunda e muito alicerçada neste país por normas legais fortuitas e materiais. Sou assim conduzido a afirmar o seguinte - para que as coisas aconteçam há dois caminhos únicos e complementares:

O primeiro corresponde a assumirmos claramente a desregulamentação da nossa vida colectiva. Em vez de procurarmos fazer leis, regulamentos, despachos, decretos e outros actos do mesmo tipo, vamos antes anular leis, regulamentos, despachos e decretos, vamos simplificar a nossa vida, vamos libertar-nos desta super-estrutura formal que não nos ajuda e que nos limita.

O segundo corresponde a sermos pragmáticos e, simultaneamente, ambiciosos. A proposta que vos faço é a seguinte: abordemos a mudança ou as necessidades de mudança de matérias tão complexas como esta que estamos aqui a debater através de uma estratégia que designo por selectividade radical - isto é, concretizando um exercício de selectividade para isolarmos as matérias que têm potencialidades, sendo alteradas, de influenciar gradual e decisivamente o conjunto do sistema.

Considero que, deste modo, seremos mais bem sucedidos do que continuando o que vimos fazendo há vinte anos: procurar aperfeiçoamentos progressivos e globais na nossa vida colectiva.

Eng.º Luís Braga da Cruz

Muito obrigado Sr. Dr. Nuno Vitorino pela matéria de reflexão que aqui nos deixou. Permita-me sublinhar o que nos acabou de referir. Que para haver pontos de acordo entre sensibilidades diferentes é necessário haver disponibilidade pessoal para dialogar, mas também a plataforma física onde o diálogo possa ocorrer e ainda uma atitude prática e construtiva que permita explicitar muito objectivamente o que cada um pretende, havendo vontade mínima de chegar a um ponto de convergência. Estou convicto de que se o procedimento for este se pode chegar aonde se quer.

No final da sua exposição também trouxe a esta mesa uma questão que nos deve preocupar, por ser um mau hábito português, não específico do sistema educativo. Tendo de resolver um problema, ficamos tranquilos quando alcançamos o aparente rigor formal da solução, especialmente a partir do momento em que uma disposição normativa aparece publicada no Diário da República traduzindo esse entendimento. E assim ficamos convencidos de que tudo está perfeito, que é de aplicação perene e universal. Este comportamento não é consentâneo com a carácter adaptativo que as soluções hoje reclamam e não estimula a opção por experiências piloto, por acções de carácter demonstrativo, que só deverão ser generalizadas se ficar demonstrado o seu bom resultado.

Por esta via também se acautelam preocupações de economia de meios, e se podem atingir níveis de muito maior eficácia, não esquecendo os efeitos multiplicadores que a escala de intervenção em matéria educativa sempre acarreta. Se quiserem, trata-se de recomendar uma visão crítica e vigilante para melhor acertar e, por outro lado, estimular aqueles que, estando mais próximos do “terreno” real, ousam fazer experiências tão ricas como aquelas que nos foram mostradas hoje de manhã.

Portanto, nada melhor para acabar este painel do que ouvir o Sr. Dr. Fernando Andrade, que representa aqui a Confederação Nacional das Associações de Pais. Nessa sua qualidade convido-o a apresentar-nos o seu olhar sobre o presente e o futuro das relações entre autarquias locais e educação.

Dr. Fernando Andrade*Presidente da Confederação Nacional de Associações de Pais*

Muito obrigado Sr. Presidente. Começo por agradecer ao CNE na pessoa do Sr. Presidente, Sr. Prof. Marçal Grilo a oportunidade que deu ao Movimento Associativo de Pais de podermos intervir neste Seminário. São 10 minutos, mas pelo menos são 10 minutos e os pais estão presentes.

Começaria por uma abordagem rápida situada em três diretrizes:

- 1 - O que são associações de pais. Ouviu-se aí muito falar no que são associações de pais.
- 2 - Papel das associações de pais.
- 3 - Dar alguns recados, aproveitar oportunidade para transmitir alguns recados e algumas sugestões.

Neste ano internacional da família, continua a falar-se muito da importância da família. Ouviu-se aqui e não vou bater mais nessa tecla porque é corrente, é aceite por todos, que a família é o principal e primeiro responsável pela educação dos filhos. As escolas são colaboradores na educação dos filhos por impossibilidade dos pais. Ouviu-o atentamente de personalidades ilustres. Isso agradou-me, mas deixou-me também muito mais preocupado. Muito mais preocupado na medida em que é exigido aos pais, à família, um papel importante. E ainda ontem a ver na televisão a Prova Oral, houve uma frase que foi dita que me marcou um pouco - “pede-se tudo à família, exige-se tudo à família e o que se dá à família?” Eu diria “uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma”. Continuamos neste ano internacional da família a dizer que a família é importante, mas o que lhe damos? Só lhe pedimos.

1 - Começaria então por dizer o que são associações de pais e diria que as associações de pais não são apenas um conjunto de pais e encarregados de educação dos alunos de uma escola, não são um clube privado, não são um grupo de amigos, embora nas associações de pais se privilegie a relação de amizade. Não são também um clube de benemerência para comprar para a escola o retroprojector que falta, para compor não sei o quê, para ajudar na cantina. Penso que as associações de pais são muito mais do que isso - é uma forma organizada de os pais e encarregados de educação participarem no sistema educativo, mas participarem no sistema educativo juntamente com os seus pares, com os professores, com os outros agentes de acção educativa. É necessário quebrar o isolamento dos pais e encarregados de educação dos alunos da mesma idade. Há necessidade de participarmos na escola, escola que não é um serviço público, como nos disse uma vez o Sr. Prof. Marçal Grilo, não é como a EDP que vende electricidade, mas é uma comunidade educativa, onde tem que haver uma parceria, mas onde os pais pretendem estar de corpo inteiro, de pleno direito e não de joelhos numa atitude de subserviência a pedir “aceitem-nos por favor”, não queremos favores. Sentimos que temos o direito e sobretudo o dever de participar, de estar presentes, naquilo que nos é mais caro, que é a educação dos nossos filhos.

2 - Daí estarmos conscientes do papel que temos a desempenhar neste processo educativo, que é no fim de contas a criação de novas gerações, das gerações que hão-de tratar de nós e se nós não educamos convenientemente os nossos filhos, aí de nós, porque vamos ser as primeiras e as principais vítimas. As APs sentem muitas dificuldades e quando nos dizem “as associações de pais estão ausentes, não aparecem”, eu pergunto, quem é que contribui para o seu não aparecimento, quem é que na escola não abre as portas? São os pais que não querem entrar ou é alguém que os impede de entrar? Eu contaria aqui uma história quase anedótica, mesmo anedótica: uma presidente de conselho directivo não convoca os pais, Associação de Pais, porque diz que não tem dinheiro para lhe enviar a carta;

chegamos a situações extremas, são situações pontuais mas acontecem. Temos legislação felizmente que permite aos pais a sua participação e, um dos grandes males, pensamos nós, organizações de pais, do nosso sistema educativo, é o desfasamento entre a filosofia, entre os princípios dos diplomas normativos com os quais todos nós estamos de acordo e a sua aplicação prática. Continuamos a ter as coisas bem escritas, mas que na prática não são cumpridas. E como se pede aos pais que participem quando no decreto-lei 372/90 de 27/11, o seu artigo 15º, (continuamos há tanto tempo a pedir a sua alteração, continuamos, como eu dizia à Srª. Ministra em Março passado, a ser sempre pagadores de promessas mas sem que vejamos o milagre feito), mas, como é que os pais podem participar quando eles são penalizados e o artigo 15º diz que os pais são dispensados, mas é-lhes descontado na sua remuneração. Os pais não pretendem ganhar dinheiro com um movimento que é voluntário, mas não podem, nem devem ser penalizados, porque se trata do seu salário que vai com certeza ter reflexos na própria família. Pedimos alteração do artigo 15º, cansamo-nos de pedir.

Sabemos bem, quando vamos às escolas, nós que somos pais, como somos atendidos a maior parte das vezes, sem um mínimo de condições, no corredor da escola, muitas vezes com a indicação de que “não tenho informações, ainda não foram dadas, os colegas não deram ainda a informação” e as horas em que marcam essas reuniões, são horas em que normalmente os pais não podem ir, porque não podem deixar os seus postos de trabalho.

O problema dos directores de turma preocupa-nos porque continua a ser o primado do administrativo sobre o pedagógico. Os directores de turma continuam a ser indicados para completar horários, não de acordo com o perfil. É bom que situações dessas sejam revistas.

Outro aspecto que gostaríamos de falar era o do papel dos pais na gestão, sobretudo no novo modelo - as reuniões nas escolas, os pais pedem que sejam feitas depois do horário de trabalho. Os Srs. professores com razão, não podem ou não querem ficar depois das horas de trabalho, é um direito que lhes assiste. Então reúnem como já aqui se disse, num sistema corporativo, apenas os professores; e os pais estão ausentes, pois os pais não participam. Pudera, é-lhes impossível participar.

O próprio papel das associações de pais é um papel cultural, só para fazerem ideia de como levar os pais a participar é difícil, só desde 77 é que saiu a primeira lei que permitiu as associações de pais. E é um papel de tal maneira preocupante para nós, o problema da cultura dos pais, que eu exemplificaria do seguinte modo - só na faixa litoral é que nós temos federações regionais de pais - Em Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal, Évora, Algarve, e a excepção, Viseu, que está no interior; de resto nenhum outro distrito do interior tem federação regional de pais. O movimento associativo é muito mais ténue; isto significa alguma coisa, é um problema do custo da interioridade.

Mesmo em relação ao novo modelo de gestão, há um problema que é muitas vezes colocado - a participação dos pais nos conselhos pedagógicos; costumam dizer “os pais não têm capacidade, os pais não sabem, os pais são ignorantes. Serão. Mas por favor, ajudem-nos a deixarmos de ser ignorantes. Ensinem-nos a participar, com certeza que aprendemos também a partilhar numa parceria. Não queremos, como ontem dizia o Sr. Dr. Joaquim Azevedo, no seu filme, o papel de figurantes, em que não somos produtores, nem realizadores, queremos sim ser actores de corpo inteiro. O importante é reflectirmos em conjunto e sem medo. É isso que nós pais pretendemos, reflectirmos em conjunto e sem medo, estarmos na escola sobretudo para participar, não para criar conflitos, mas para ajudar a resolver os conflitos.

E terminaria com alguns pedidos, algumas sugestões, alguns recados:

- ao Ministério da Educação na pessoa do Sr. Sub-Secretário de Estado - por favor, a alteração do artigo 15º.
- às Direcções Regionais - a necessidade da colaboração com as federações regionais; vamos fazer acções de formação para pais; vamos dizer aos conselhos directivos que é importante, e vimo-lo aqui, que os pais estejam presentes na escola, que isso é um factor de sucesso, que isso é um factor gerador de melhores escolas, então porque não avançamos para acções de formação para pais e professores conjuntamente?
- à Inspeccção Geral de Educação - eu aprendi com o Inspector Jorge Dias, que está ali, que a Inspeccção não existe para fiscalizar. Existe para ajudar, para controlar, sobretudo para quando vê que as coisas não estão bem, ajudar a melhorar; eu gostaria de lhe dizer, verifiquem que a legislação não é cumprida; vejam o despacho que, com grande colaboração do Dr. Joaquim Azevedo enquanto Secretário de Estado, nós conseguimos, que continua a ser desconhecido nas escolas e já vai fazer um ano, é o despacho 239/ME de 20/12, que regulamente a participação dos pais no anterior modelo de gestão. É bom que isso seja visto.

Uma visão muito rápida em relação ao pré-escolar que foi aqui tão evidenciado e que nós pais também pensamos que é extraordinariamente importante. Gostei imenso do testemunho da professora Ana Luísa, penso que assim se consegue levar os pais a participar. É um exemplo de como os pais podem participar. Já vimos

que o pré-primário não funciona com os horários que tem, como é que podemos pedir aos pais que estão nas aldeias que deixem os seus filhos nos infantários, nos jardins de infância, quando eles fecham por volta das três horas. De certeza que eles não deixam os trabalhos do campo, nem os trabalhos das fábricas para irem buscar os filhos a essas horas. É bom pensarmos, porque já muito se disse, na alteração desses horários.

Penso que é tudo.

Eng.º Luís Braga da Cruz

Iremos ter um período de debate de 15 m, para fazer depois uma pausa e poder promover o encerramento deste Seminário. Portanto as regras são as mesmas: peço que haja blocos de perguntas, será escusado dizer a cada um que não faça longos discursos, procure ser incisivo no conteúdo da sua intervenção, há microfones na sala e eu registo com os olhos quem manifestar interesse em usar da palavra. Quem quer falar?

Ana Luísa Beirão

Lamento não lembrar o seu nome, mas o que vou dizer é sobre o que falou acerca dos pais, eu até fiquei com dores de estômago, sabe? Porque eu não tinha a consciência de que os pais sofriam assim tanto por ir às escolas, que não eram bem atendidos nas escolas. Francamente, eu também sou mãe e também vou à escola dos meus filhos e de facto acredite que me deu dores de estômago a sua intervenção; deu-me ideia que também é mais uma coisa que está mal, a ida dos pais à escola.

O senhor pediu para que, de facto, as escolas dêem assistência aos pais, que abram as portas aos pais e que eles sejam bem recebidos. Eu não falo pela minha experiência, que lhe demonstrei de manhã, porque tenho uns pais excelentes, uns pais ótimos que apoiam todo o trabalho que faço. Mas também tendo o cargo que tem junto dos pais, faça sentir aos pais o empenhamento quando o professor os chama à escola. Não se tem dado comigo, mas tenho assistido a algumas reuniões de pais, onde os pais quase que adormecem na cadeira porque não estão motivados para estarem numa reunião, talvez pelo facto de

ser depois de um dia de trabalho que são chamados à escola. Esse trabalho que mencionou sobre a formação de pais é importante, também o pai tem que aprender a saber entrar dentro da escola.

Quando eu de manhã falei da divisão de poderes que poderá, e o senhor falou, tirar o controle ou a fiscalização ao professor, isso não é infundado; e já aqui ouvimos da parte da tarde que a divisão de poderes, (por exemplo ali a pessoa que eu costumo ouvir na televisão) (Doutor António Barreto- NT), não é fácil. Olhe, digo-lhe, eu não imaginava que estivessem assim tão mal. Abençoado o grau de ensino em que eu trabalho, porque a nível de contacto, (e é aí a grande garra que têm os jardins, é a abertura para a comunidade) os pais entram fortemente dentro do jardim. Felicidades.

António Silva

Vereador da Câmara Municipal de Viana do Castelo

Na sequência do que me foi dado ouvir e tendo em atenção as limitações de tempo, vou colocar apenas duas ou três questões das muitas que, neste momento, me preocupam.

Pareceu-me evidente a existência de divergências entre os participantes. Não faço disso registo negativo. Penso, pelo contrário, ser um facto positivo, que nos deverá levar, posteriormente, a uma discussão mais aprofundada sobre o que nos divide, de modo a chegarmos a alguns consensos naquilo que for possível, dado não ser previsível nem importante que o possamos fazer em relação a todas as matérias.

De qualquer forma queria relevar um certo desacordo que me parece ter vislumbrado no conteúdo das intervenções dos senhores Dr.

Nuno Vitorino e Dr. Rui Marques que representa a Associação de Municípios. E queria dar relevo a este desacordo por achar que não se trata apenas de uma diferença de opinião entre dois participantes. Trata-se, antes, de um desacordo entre o Dr. Nuno Vitorino e a generalidade ou a quase generalidade das autarquias, ou seja, entre o Dr. Nuno Vitorino e aqueles que, no terreno, procuram protagonizar uma intervenção no sentido da melhoria das condições de trabalho dos professores.

Portanto, se a posição do Dr. Rui Marques representa a posição generalizada dos autarcas, é porque, no terreno, haverá efectivamente problemas e problemas reais.

Foi colocada a questão de as autarquias normalmente falarem em verbas. Não é uma questão que me interesse particularmente, mas é um facto que os problemas existem, que não basta falar deles mas há que resolvê-los e que alguém terá de o fazer.

Não me interessa se terão de ser os serviços centrais, as autarquias ou qualquer outra entidade. O que me interessa - e o que gostaria que fosse nuclear nesta discussão -, prende-se com o que fazer para a resolução urgente dos problemas existentes.

Como é sabido, a Câmara Municipal de Viana do Castelo, no seguimento de uma política que vem dos mandatos anteriores e, é bom registá-lo, motivada pelo entusiasmo e a colaboração dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, das docentes, etc., construiu ou adaptou cinco edifícios que, desde Setembro de 1994, estão prontos a receber crianças da Pré-Escolar. Acontece, porém, que depois de tanto esforço e entusiasmo, os cinco jardins de infância ainda estão encerrados, dado o Ministério não ter colocado as respectivas educadoras e não ter, sequer, ainda, autorizado o seu funcionamento.

Portanto, não diria que me interessa analisar agora se a competência deveria ser ou não da autarquia – ou interessa, mas isso

seria outra discussão —, mas interessa salientar que, se houver uma rede de competências, como no caso vertente, todos os que tenham responsabilidades de intervenção deverão estar sintonizados para que, no fim do processo, o dinheiro e o esforço gastos atinjam os objectivos propostos.

Uma outra questão que me preocupa, e que aqui foi abordada, é a dos fundos comunitários. E não apenas pelo que poderá acontecer às Câmaras Municipais e ao sector da educação, após 1999, quando se fechar, como dizem, a torneira comunitária.

A minha preocupação tem a ver com o que se passa, agora. Estamos a elaborar o Plano de Actividades para o ano de 1995 e eu, essencialmente responsável pelas enormes necessidades na área da educação, vejo-me pressionado no sentido de que é preciso ter em atenção que, em 1999, terminarão os fundos comunitários e que, por isso, será imprescindível que todas as verbas disponíveis (e reconhecidamente poucas), sejam aplicadas em obras passíveis de participação, de modo a que o concelho de Viana do Castelo beneficie do maior número de fundos que possa captar.

Esta psicose de captação de fundos comunitários levará a que, até 1999, as actividades na área da educação (e da cultura), imprescindíveis ao desenvolvimento do Conselho, - que pelo menos ao nível do 1º CEB e da Pré-Escolar não são participadas -, sejam consideradas como não prioritárias.

E o que acontece em Viana do Castelo passar-se-á, estou certo, em grande número de Câmaras do País.

Da nossa parte tem havido um grande esforço para que esta posição seja repensada e se chegue a uma posição mais equilibrada, mais sensata. Mas é um problema real e que, penso, caberia aqui discutir.

Eng^o. Luís Braga da Cruz

Eu darei imediatamente a palavra a quem a seguir se inscrever. Porém, antes disso, gostava de os informar que no Programa Operacional do Norte, inserido no Quadro Comunitário de Apoio para o período de 1994-1999, são elegíveis candidaturas cujo objectivo seja a construção de equipamento educativo tanto para o ensino pré-escolar, como para o ensino básico, medida de que podem ser beneficiárias as Autarquias Locais ou outras instituições públicas ou privadas que tenham o acordo daquelas.

Fátima Felgueiras

Vereadora da Câmara Municipal de Felgueiras

É sempre extremamente difícil falar em questões de educação nestas reuniões, mas nunca consigo deixar de intervir. Julgo que as questões que aqui se levantaram, neste painel da tarde, foram todas extremamente importantes. Não poderei deixar de me referir a uma colocada pelo Sr. Presidente da Confederação de Pais, Dr. Fernando Andrade. Porque julgo ter sido um testemunho valioso do sentir dos pais sobre a realidade do nosso país, o sentir de que muito há que ser alterado, e que será preciso motivar e envolver na reflexão e nessa mudança, todos os parceiros, sem esquecer os pais. Perguntamo-nos muitas vezes, porque é que as associações de pais (neste momento são obrigatórias, mas não eram até há bem poucos anos) normalmente lutam com imensa dificuldade para conseguirem chamar a si um número significativo de pais. As associações funcionam sempre com uma minoria de elementos, uma minoria muito pouco expressiva. Mas será que o que a escola solicita dos pais lhes interessa? Será que o que se lhes pede é uma participação real nas problemáticas da escola ou

apenas se lhes reconhece importância para apoiarem financeiramente na compra do retroprojector que o Ministério da Educação não deu à escola ou de um outro qualquer equipamento de que a escola não está dotada e julga importante ter?

Julgo que entre outras crises se atravessa uma crise de responsabilidade, mais propriamente de corresponsabilização que se vai reclamando, mas inviabilizando.

Seria extremamente importante que reuniões como esta, de indiscutível valor, pudessem ter lugar entre os diferentes agentes a nível local; a criação de uma estrutura que pudesse constituir-se simultaneamente um observatório para os diferentes agentes locais, ajudando-os a serem selectivos nas estratégias e avaliadores dessa estratégias e dos resultados. O testemunho do Sr. Presidente da Confederação de Pais fez-me pensar que, não são apenas os pais a sentirem-se usados em vez de aproveitados e corresponsabilizados como gostariam e poderiam - também os outros parceiros na educação se sentem assim.

Sou responsável pelo Pelouro da Educação, na Câmara Municipal de Felgueiras, e enquanto vereadora, nunca fui chamada pelas escolas preparatórias ou secundárias para qualquer reunião de trabalho ou reflexão sobre a actividade escolar. Apenas me são colocadas questões que têm a ver com o apoio financeiro para esta ou aquela iniciativa que pretendem levar a cabo. É óbvio que esta postura vai sendo diferente a nível do ensino básico-primário, porque aí a responsabilidade da autarquia também é diferente, na medida em que lhe cabe a manutenção e a construção dos edifícios escolares, entre outras, e por isso, se estabelece um outro tipo de ligação.

Permitam-me ainda, referir a minha discordância em relação ao Sr. Dr. Barreto, quando defende que descentralizar sai mais caro. Bastará pegar nos transportes escolares - antes de ser vereadora, e

também sou professora efectiva do ensino secundário, fui coordenadora regional do extinto IASE, Instituto que na altura tinha entre outras responsabilidades, a de organização dos transportes escolares, antes da sua transferência para as câmaras municipais. Posso-lhe assegurar que, naquilo que se refere à zona 8 do Porto, não há hoje rede de transportes escolares que seja mais cara do que quando organizadas sob responsabilidade do Instituto. E não será porque o Instituto esbanjava ou porque as câmaras prestam pior serviço. Bem pelo contrário, as Câmaras organizam melhor porque, mais perto dos agentes transportadores e das necessidades, são capazes de encontrar melhores soluções. E o que se passa com os transportes, passar-se-à com outras áreas, mais próximo das populações e dos seus problemas o poder local será capaz de avançar com melhores soluções, assim haja repartição de recursos financeiros para que se lhes possa agarrar.

Engº. José Manuel Protes da Fonseca

Apenas três breves notas.

A primeira tem a ver com as afirmações que aqui foram feitas quanto ao consenso generalizado sobre o princípio da descentralização - no sector educativo, como em outros da vida nacional - e, simultaneamente, quanto às dúvidas, hesitações e, mesmo, resistências no respeitante à aplicação de tal princípio, na sua estratégia, forma e limites. Curiosamente - ou não... - debates como este levam a acentuar o consenso no campo dos princípios e as dúvidas e divergências no campo das práticas.

Julgo que importaria identificar com clareza e com base num esforço conjunto, por parte da administração central, das estruturas regionais, dos estabelecimentos de ensino e das autarquias, os pontos

em que se pode chegar a decisões descentralizadoras - e à sua operacionalização - nos domínios ligados à educação e à formação. Estou certo de que muito é possível fazer nesta linha de actuação, se houver transparência e vontade política.

Permito-me, neste contexto, referir, em particular, a problemática relacionada com a educação pré-escolar e com o ensino básico, alicerces de todo o edifício educativo.

Uma segunda nota respeita ao facto de, nomeadamente pelo Dr. António Barreto, ter sido admitido que executar a nível local, normalmente, sai mais caro. Julgo que é uma afirmação que se não poderá fazer em termos tão generalizados, dependendo, designadamente, da natureza dos serviços ou acções em causa e das próprias autarquias.

Trata-se, em qualquer caso, de matéria que merece avaliação aprofundada, no âmbito da análise das estratégias de descentralização.

Como terceira nota e a propósito de referências aqui formuladas, é de assinalar a importância que reveste a programação conjunta, por parte da administração central e das autarquias, da execução das estruturas físicas e outras que visem a expansão quantitativa da educação e do ensino e a promoção da respectiva qualidade.

Dr.^a Flora Passos Silva

Vereadora da Câmara Municipal de Viana do Castelo

Antes de mais gostaria de felicitar o CNE pela ideia de realizar este Seminário sobre Educação, Comunidade e Poder Local, exactamente num dos distritos que foi reconhecido como um dos mais

carenciados e com menor índice de desenvolvimento a nível nacional. E de facto, para mudar este estado de coisas, aqui penso estarmos todos de acordo, há que investir prioritariamente na educação. Não poderia, portanto, deixar de felicitar todos quantos aqui deram, a seu modo, um contributo para questionarmos o actual sistema educativo e a sua interrelação com as expectativas sociais. O actual sistema educativo, com os seus sucessivos modelos, atravessa, de facto, uma crise profunda. E esta crise de modelos e esta corrida atrás do modelo ideal, tem desgastado os actores educativos, sobretudo os professores, que se vêem todos os anos confrontados com modelos que mudam sem nunca serem avaliados.

A sensação que a comunidade educativa experimenta neste saltitar incessante de um modelo que está em curso para outro modelo, é de profunda desmotivação. E o sentimento dominante é o do “vai de mal a pior”.

Penso que há que assumir, como aqui foi dito, a desregularização deste sistema, há que analisar com ponderação este estado de coisas e antes de avançar para novos modelos penso que é extremamente importante consultar os agentes educativos que os põem em prática e os espaços onde os modelam. E isto porque entendo que não é possível educar em coerência (e a educação é, antes de mais, um sistema de coerência profunda entre os princípios e a acção), não é possível educar, repito, em espaços degradados e com educadores desmotivados. E aquilo que nós, de facto, constatamos, é um parque de equipamentos educativos profundamente degradado, onde os professores se sentem como pregadores do deserto na prática do “olha para o que eu digo e não olhes para o que eu faço”, nem onde eu estou.

Quando aqui é lançado um desafio às Autarquias para que estas assumam a descentralização, julgo que todas as Autarquias estarão dispostas a assumi-la, desde que lhes corresponda o respectivo pacote financeiro. É que as Autarquias não podem, como aqui foi dito pelo

Dr. Rui Marques, da Associação Nacional de Municípios, fazer omeletes sem ovos. Não é possível dar este salto no escuro e agarrar assim as ideias generosas e tentadoras da descentralização, munidos apenas de muitas promessas e de boa vontade e depois não poder executá-las, ou executá-las mal, o que seria, mais uma vez, condená-la ao fracasso. Como aqui também foi dito, a autarquia encontra-se entre dois focos: Um, é a sociedade civil que é cada vez mais exigente e ainda bem, porque isso quer dizer que cada vez mais os cidadãos participam na política educativa, sabem quais são os seus direitos e pugnam por eles; outro, é o Estado demasiado distante, demasiado abstracto, junto do qual é difícil reivindicar. Pelo contrário, o poder autárquico está perto, as pessoas conhecem-no, tocam-no e, naturalmente, exigem. Portanto, será extremamente frustrante para o poder autárquico assumir aquilo que sabe muito bem que deve ser cumprido e não poder executar por falta de meios. Queremos a descentralização porque sabemos que a educação será melhor e mais eficaz, mas temos consciência, também, de que ela será mais cara, porque será melhor e mais eficaz. Por isso só aceitaremos o desafio, se nos garantirem o correspondente pacote financeiro. A intervenção do Dr. António Barreto, como sempre provocatória, faz o elogio da descentralização, que aproveito para enquadrar nas preocupações do poder autárquico. Concordo que descentralizar é necessário para se cumprir mais e melhor educação, e nós queremos essa descentralização, mas sendo mais caro, a autarquia tem que precaver-se, tem que ter garantia de que os fundos virão, para assumir sem nenhum complexo e com todo o gosto o desenvolvimento da sua região e da sua cidade que passa, basicamente, por mais e melhor política educativa. Muito obrigada.

Dr. Rui Marques

Primeira questão - Não fiquei muito preocupado com esta afirmação do Sr. Dr. António Barreto ao dizer que era mais caro o transporte escolar realizado pelos municípios. Penso ter percebido a intenção que esteve subjacente a este tipo de afirmação. Não vou falar pelo Sr. Dr. António Barreto, ele falará, mas penso que o que ele quis dizer é que fica mais caro porque presta mais serviço. Penso, portanto, que estará na sua ideia o entendimento de que a relação custo/benefício é favorável ao serviço prestado pela autarquia quando comparada com o serviço prestado pela administração central. Foi um problema também levantado pelo Sr. Eng^o. e pela Sr^a. Vereadora. A esta questão o Sr. Dr. António Barreto responderá.

Foi aqui também levantada a questão do leite escolar. Não a abordei em profundidade porque não lhe dei a importância para isso, numa intervenção deste tipo, mas uma vez que ela é suscitada deixe-me só dizer-lhe o seguinte. Nós, Associação, pensamos que há aqui uma grande injustiça com alguns municípios. Se eventualmente se vierem a fazer os concursos a nível municipal, há uma grande injustiça para com os municípios que já estão muito castigados e que são os municípios das zonas do interior e os municípios da zona raiana, porque esses ficam muito distantes dos centros de distribuição que normalmente estão localizados no litoral. Ora bem, acrescido ao custo do próprio leite aparece o custo do transporte. Esses municípios já estão suficientemente castigados, ainda vamos castigá-los mais com isso. Pensamos que não tem nenhuma lógica. Pensamos, ainda, que há mecanismos que possibilitam a execução de concursos a nível regional uma vez que há dificuldades em fazê-lo a nível nacional. E fico por aqui.

Quanto aos fundos comunitários, é, de facto, um problema de gestão autárquica. Queria fazer convosco uma reflexão muito rápida e

muito breve e gostava que, muitas das pessoas que não são autárquicas, passassem para o lado de cá e percebessem este tipo de raciocínio. As autarquias até 99 têm acesso a alguns fundos comunitários e têm a possibilidade de comparticipação nos investimentos de qualquer coisa como 75%. Isto quer dizer o quê? Quer dizer que se uma câmara municipal decidir até ao fim do século investir na distribuição de água, se investir no sector do saneamento, no sector do lixo, no sector desportivo, na rede viária, etc. - porque muitas autarquias ainda estão na fase da “infraestrutura” e não passaram à fase do “desenvolvimento”, é bom que tenhamos isto em atenção -, temos a possibilidade de causar ou promover efeito reprodutivo de investimento da ordem das quatro vezes mais, ou seja, nós com um escudo fazemos investimento de quatro escudos. Aquilo que se nos pede a nível da educação é que nós investamos sem termos a possibilidade desse efeito reprodutivo porque não foi dada a possibilidade de recurso aos fundos estruturais no sector da educação. Portanto, isto é uma questão de gestão dos recursos financeiros e nós, de facto, temos dificuldades a este nível.

A questão dos transportes escolares também foi aqui levantada e eu volto um pouco atrás. Penso que muita gente não faz ideia da despesa que os municípios hoje têm com os transportes escolares. Com um pequeno exemplo perceberão melhor. A autarquia que eu represento terá para investimento qualquer coisa como 350 000 mil contos por ano. A despesa para transportes escolares é superior aos 35 000 mil contos anuais. Representa, portanto, mais do que 10% do investimento. Não estamos aqui a falar em meia dúzia de tostões, estamos a falar em muito dinheiro. É óbvio que, sendo o município a deter a gestão do transporte escolar, pode criar aqui um sistema simbiótico, em que aproveite o transporte também para a própria comunidade, que não só para os alunos. E isso traz-nos vantagens. Traz-nos vantagem, porque quando eu falava na relação custo/benefício é também a lembrar-me desta possibilidade.

Falou-se aqui também na necessidade dos normativos futuros, do enquadramento legal que aí vem. Eu referi aqui o grupo de trabalho que, neste momento, está já a reunir com alguma periodicidade e penso que os frutos aparecerão em breve. Espero-o bem, fazemos votos para isso. A Associação está de muito boa fé a trabalhar nesse sentido. Muito obrigado.

Doutor António Barreto

Duas palavras muito rápidas para falar do que é mais barato e mais caro. Não tenho base empírica para afirmar o que afirmei. Creio aliás que também não tem base empírica aquele alto responsável político que, há poucos dias, afirmou que a regionalização custava 2 biliões e meio de contos. Não tenho eu, nem tem ele. Quer isto dizer que vos estou a falar por intuição, por dedução, por algum conhecimento empírico e por informação de outrem, dado que não sou autarca.

O problema, para mim, não é o de comparar uma operação feita em sistema centralizado com a mesma operação em meio descentralizado. Não se trata, por exemplo, de saber se a distribuição de uns tantos litros de leite por dia é mais cara de modo centralizado ou descentralizado. É possível que seja mais barato localmente, como disse um participante nesta reunião. Mas o problema é muitíssimo mais vasto.

Perante um certo número de necessidades, o poder central pode perfeitamente dizer “não”, mesmo sem motivos relevantes, pode ficar indiferente, pode não perceber a diversidade de situações, pode não sentir que algo de supérfluo aqui pode ser indispensável ali. Ora, o poder local tem muito mais dificuldades em ser indiferente. Há

situações que o poder local não pode deixar de ver e sentir. O poder local, apesar de menos meios e, eventualmente, menos competências técnicas, é mais visível, tem um sentido da responsabilidade mais directo e imediato, tem as pessoas e os eleitores diante de si, encontra-se perante um controlo social imediato e pessoal. O poder local, se tiver as responsabilidades, não tem bode expiatório. Ora, sem responsabilidades formais e sem competências claras, o poder local tem bodes expiatórios: “Não podemos, porque o governo não nos deu os dinheiros” ou porque “o governo não deixou”, eis o que se costuma ouvir com frequência.

E vejamos agora uns exemplos. Foi alguém do poder local que aqui disse: “Connosco, haveria um bibliotecário em cada escola”. Isso é mais caro. O poder central não dá, ponto final. O poder local terá de dar. Se não der, depois de ter prometido, será responsabilizado. Outro representante do poder local disse: “Daríamos um auxiliar a cada escola com 10 a 24 alunos”. Eis uma promessa que a todos nos parece razoável e que satisfaz níveis mínimos de exigência. Pois bem: o poder central diz que não, é muito caro. Já o poder local teria de tratar deste assunto com outra sensibilidade e sobretudo com outra responsabilidade perante os cidadãos eleitores. Não estamos a comparar duas operações iguais feitas em circunstâncias diferentes, estamos a comparar um acto, que o poder central considera dispensável e excessivo, com o mesmo acto que o poder local estima necessário. A medida referida é considerada um dever pelo poder local e uma faculdade pelo poder central.

Foi o poder local que veio aqui dizer: “Queremos fechar os jardins de infância às sete horas”. O poder central não considera essa medida essencial, nem sequer importante. Se o poder local pretende tornar realidade tal intenção, alguém terá de pagar. É a nível essencial da percepção do que é importante ou não, que se distingue o poder central do poder local.

Veja-se, de igual modo, a substituição de professores faltosos, seja por que motivo for, por baixa, doença, recolocação noutro sítio ou qualquer outro: o poder central não considera prioritária essa substituição e deixa as aulas de certas disciplinas começarem em Janeiro ou Fevereiro. Ora, o poder local não pode, ou antes, tem muito mais dificuldades em demitir-se dessa função, desse dever que é o da colocação de professores a tempo e horas. O poder local está mais sensível às suas próprias responsabilidades: porque há eleições, porque há um contrato social visível com a população, com o eleitorado, com os vizinhos, numa palavra, com as pessoas.

É isto que faz com que o ensino descentralizado possa ser mais caro: porque o sentido das responsabilidades e a visibilidade do responsável são maiores.

Eng^o. José Manuel Protes da Fonseca

Ainda a propósito dos aspectos relacionados com os custos da descentralização, gostaria de acrescentar uma pequena reflexão àquilo que, certamente com fundamento e pertinência, aqui foi dito.

Creio que, com alguma frequência - não me estou, necessariamente, a referir ao que foi dito neste seminário -, quando se fala em custos do sistema educativo, se adopta uma perspectiva, a que eu chamaria monetarista, no sentido de “medir” o que foi gasto em cada área específica daquele mesmo sistema. Considero esta perspectiva bastante redutora, uma vez que não assume a dimensão custo-benefício e o conceito de eficácia, em termos de prossecução de objectivos de política educativa. E, neste aspecto, estou convicto de que os níveis de eficácia aumentam sensivelmente quando se caminha para soluções descentralizadas, uma vez que passa a ser assegurada

uma maior proximidade entre as orientações de política e o “terreno” em que as mesmas são praticadas. Da mesma forma que há custos invisíveis no funcionamento dos sistemas educativos, existem importantes benefícios que não são mensuráveis, até porque, alguns, só são perceptíveis a prazo.

Uma segunda reflexão sobre algumas intervenções ouvidas nesta sessão do seminário: não há grandes divergências quanto à identificação dos problemas que se nos deparam no sector educativo e, mesmo, quanto à natureza das medidas a adoptar para os resolver. Mas - e aqui reside a perplexidade - também se verifica um consenso quanto ao arrastamento de tais problemas, relacionado com uma incapacidade de passar das ideias aos actos. Aliás, ao ouvir, hoje, algumas intervenções, senti-me transportado aos anos setenta - altura em que interrompi a minha actividade no Ministério da Educação - o que não deixa de ser preocupante...

Quais as causas desta incapacidade colectiva? Creio que cada um de nós tem a sua parte de responsabilidade. Muitas são profundas, relacionadas com a nossa mentalidade, nível cultural e, talvez, mesmo, com alguns complexos de todo injustificados quando nos comparamos com outros países. Há, no entanto, um aspecto concreto que creio importar salientar: a tendência que, a todos os níveis, se verifica no sentido de valorizar - em termos de visibilidade - o que há de negativo ou menos favorável, omitindo e, às vezes, mesmo, deturpando (desvalorizando) as situações positivas.

De facto, há que criar mecanismos que assegurem a identificação, a consolidação e a divulgação de projectos e outras acções ou situações com sucesso, os quais, se devidamente rendabilizadas, poderão corresponder a outros tantos pólos de mudança e de inovação. É a consolidação e multiplicação destes pólos que poderá, numa dinâmica de “bola de neve”, alterar a situação educativa portuguesa e não por simples “cosméticas” legislativas e normativas que, pouco ou

nada alterando o essencial das práticas, desgastam e, a pouco e pouco, levam os que ainda acreditam a deixar de acreditar.

Dr. Nuno Vitorino

Dois comentários muito rápidos sobre questões apresentadas:

O primeiro para concordar com um participante da audiência, que apontou alguma contradição entre as minhas afirmações e as de outro elemento da Mesa. Considero que é positivo haver manifestações explícitas de desacordo e não estou, portanto, nada preocupado com a existência desse desacordo - que, aliás, gostaria aliás de explicitar um pouco melhor.

Parto de uma afirmação inicial do meu amigo Luís Braga da Cruz, no sentido, como se lembrarão, de que se vos oferecerem uma competência, agarrem-na mesmo que não corresponda, na realidade, exactamente ao que estão a requerer. Tenho dúvidas profundas sobre este comportamento e vou só enunciar as seguintes dúvidas:

Numa situação como esta, quando uma autarquia se vê confrontada com a proposta de transferência de uma competência, entendo que é legítimo e importante colocar pelo menos duas interrogações e, eventualmente, explicitá-las - em primeiro lugar, porque é que isto está a acontecer relativamente a esta competência e não a outra; em segundo lugar, e segundo creio mais importante do que o pacote financeiro que lhe está associado, é a seguinte: porquê isto agora e para todos? Não será possível, não será desejável, conceber e explicitar a possibilidade de diversificações? Diversificações tanto temporais como sobre o universo abrangido?

Era apenas isto que queria comentar. Muito obrigado.

Dr. Fernando Andrade

Só queria tecer um comentário final muito rápido. Primeiro pedir desculpa à Prof. Ana Luísa pela dor de estômago que lhe causei. Mas era bom que essa dor de estômago fosse generalizada. Não fosse só para si. Porque seria sinal de que algo incomoda e que temos que fazer alguma coisa para melhorar a situação. E é este o meu apelo a quantos estão nesta sala que são pais, que são mães - que participem nas Associações de pais, que partilhem o poder como pessoas mais responsáveis, como pessoas que podem ajudar os outros. Era exactamente o meu pedido de participação, que se não deixe apenas para os outros o resolver estes problemas dos filhos dos outros.

Porque normalmente que só nos juntamos quando acontece alguma desgraça, quando temos por exemplo a escola muito degradada, é que vimos fazer manifestações. Penso que isto pode resolver-se se todos partilharmos, se todos reflectirmos em conjunto, se todos começarmos a dar em comum quadros de valores, quadros referenciais aos nossos jovens, que é aquilo que a nós pais muito nos preocupa - a diferença de quadros referenciais de valores dados em casa e dados na escola e ver que os nossos jovens começam a andar na corda bamba, sem saber o que é que está certo. É o que me diz a família ou é o que me diz a escola? O aluno que está entre os dois, faz o jogo da não participação e da não união entre o professor e os pais, porque sente que são formas de pressão.

O que é preciso é a participação reflectida, consciente, partilhada, mas de corpo inteiro, como parceiros de corpo inteiro nas escolas.

Eng.º. Luís Braga da Cruz

Chegamos ao fim da nossa sessão e quero agradecer muito sinceramente a todos, tanto aos que deste lado da mesa com tanta abertura nos expuseram as suas reflexões, como àqueles que emprestaram riqueza ao debate formulando perguntas ou fazendo comentários. Procurámos dar o nosso contributo para o desafio de chamar as autarquias locais e a sociedade civil ao debate das grandes questões sociais do nosso País, o que não é senão exercer a participação, tão defendida nas práticas do processo de desenvolvimento.

Se queremos um país mais equilibrado e mais justo, onde todos beneficiem da mesma oportunidade de acesso a bens e serviços tão importantes como são os da educação e do ensino, temos de aprofundar o conhecimento das razões porque subsistem as assimetrias, temos de encontrar o equilíbrio entre a preocupação de saber ver bem globalmente e poder agir eficazmente ao nível local.

Ora, quem está mais próximo da realidade, das situações específicas e singulares, como é o caso das autarquias locais, das associações de carácter local, das associações representativas dos interesses das famílias dos alunos, está em condições de identificar melhor as necessidades e portanto também de assumir responsabilidades.

É evidente que perante uma nova atribuição pode sempre colocar-se a dúvida de saber se ficará mais caro ou mais barato exercê-la através do nível local. Porém, não tenho dúvida de que mesmo que fique mais caro, isto é, que corresponda a maior dispêndio quando cumprida pela autarquia ou pela associação de pais, de certeza que ficará mais económica. E isto é assim porque a noção de economia já vem agregada a outros aspectos relevantes como sejam: o nível de qualidade com que a competência é exercida, a eficácia do serviço e o

ajustamento da solução aos objectivos gerais previamente estabelecidos. Primeiro devemos discutir quais as metas a alcançar universalmente e o grau de satisfação pretendido no tempo. Depois há que considerar os meios financeiros disponíveis e perante os dois elementos em jogo tentar encontrar com justiça o ponto de equilíbrio.

Outra questão do nosso debate esteve em saber como se deve desregular o que se encontra hoje excessivamente definido e apertado pela rigidez de normas, que nos limitam a capacidade de adaptação e inovação. A desregulamentação de procedimentos e a desintegração de métodos é hoje apresentada como receita para libertar energia criadora. Porém é necessário, como em tudo, actuar com inteligência e boa fé fazendo bem a avaliação daquilo que está em causa. Mais uma vez trata-se de um processo de discussão e de diálogo que exige uma postura de abertura e perfeita sintonia em volta dos objectivos. Não basta afirmar que as Autarquias Locais estão empenhadas em envolver-se mais e melhor no processo educativo, é necessário não esquecer que precisamos de chegar a acordo sobre a correspondente competência técnica. Em minha opinião as autarquias têm de se guarnecer com melhor capacidade técnica para poder exercer bem as competências que pretendem assumir.

É necessário também que as entidades locais aumentem a sua sensibilidade em relação a todos os segmentos do sistema educativo e não deixem alguns de fora, visto que se trata de um todo integrado, onde o sucesso em cada um dos patamares de ensino dependerá da forma como os níveis anteriores foram bem cumpridos. Vou procurar ser mais concreto sobre esta questão estribando-me numa situação muito frequente que revela diferentes sensibilidades por parte das autarquias locais, para com os vários níveis de ensino. Todas as autarquias reconhecem a importância e pedem a instalação do ensino técnico no seu espaço municipal. As dos centros urbanos de maior relevo chegam a reclamar o ensino superior, o que também pode ser considerado como legítima aspiração. Porém, é surpreendente que

tenham uma posição muito menos activa relativamente a outros níveis educativos e a outras formas de ensino, porventura com possibilidade de trazerem maior retorno para a resolução de alguns dos graves problemas que subsistem nos seus concelhos, como sejam o êxodo rural ou, o simples insucesso escolar, ou a baixa taxa de escolarização nos escalões mais elevados do ensino básico. Quero referir-me, muito concretamente, ao ensino pré-primário, que tão baixa penetração tem ainda na Região Norte.

Hoje de manhã fomos unânimes em aplaudir a interessante experiência vivida em Vila do Conde com o ensino pré-primário ou os verdadeiros casos de sucesso cultural que constituem as bibliotecas da Rede de Leitura Pública. Porém quando olhamos para as taxas brutas de escolarização das nossas crianças entre os 3 e os 5 anos, isto é, no sistema pré-primário, ficamos surpreendidos por na Região Norte os valores serem ainda inferiores a 50%. E mais grave, por verificar que há concelhos do Vale do Ave, fortemente industrializado e incluído numa das áreas mais dinâmicas sobre o ponto de vista social e produtivo, que ainda apresentam taxas de cobertura inferiores a 25%. Em contrapartida a generalidade de um distrito interior, como Bragança, apresenta valores muito acima da média regional e nacional e alguns concelhos, como por exemplo Foz-Côa, já ultrapassam os 75%. Esta situação é reveladora de um défice de sensibilidade, para esta importante antecâmara do sistema de ensino, tão responsável pelos futuros êxitos do aluno no seu percurso educativo.

Termino fazendo votos sinceros para que haja maior aproximação das duas culturas em jogo, as quais podem e devem contribuir para a melhoria de todo o sistema: por um lado a do nível central, que deve zelar pela manutenção de alguma uniformidade indispensável à unidade nacional e à definição metodológica de procedimentos, por outro a preocupação de garantir a diversidade, de criar condições para a valorização de iniciativas inovadoras e fazer despertar a participação

e a responsabilidade locais. Assim contribuiremos para mais depressa ir resolvendo o muito que falta cumprir.